

CONSULTA PRÉVIA

**AQUISIÇÃO, TRANSPORTE E MONTAGEM COM FIXAÇÃO DE DOIS MARCADORES
ELETRÓNICOS MULTIDESPORTIVOS, A INSTALAR NO PAVILHÃO MUNICIPAL DE ANADIA
E NO PAVILHÃO DESPORTIVO DE SANGALHOS**

**(NOS TERMOS DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS – CCP, APROVADO PELO DECRETO LEI N.º 18/08, DE
21 DE JANEIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL)**

CADERNO DE ENCARGOS

fevereiro de 2025

ÍNDICE

I. CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I – Disposições iniciais

Cláusula 1.^a – Objeto do contrato

Cláusula 2.^a – Contrato

Cláusula 3.^a – Preço base

Cláusula 4.^a – Prazo

Capítulo II – Obrigações do adjudicatário

Cláusula 5.^a – Obrigações principais do adjudicatário

Cláusula 6.^a – Dever de sigilo

Cláusula 7.^a – Seguros

Capítulo III – Obrigações do contraente público

Cláusula 8.^a – Preço contratual

Cláusula 9.^a – Condições de pagamento

Capítulo IV – Sanções contratuais

Cláusula 10.^a – Sanções contratuais

Cláusula 11.^a – Força maior

Cláusula 12.^a – Resolução por parte do contraente público

Cláusula 13.^a – Resolução por parte do adjudicatário

Capítulo V – Disposições diversas

Cláusula 14.^a – Cessão da posição contratual e subcontratação

Cláusula 15.^a – Comunicações e notificações

Cláusula 16.^a – Legislação aplicável

Cláusula 17.^a – Proteção de dados

Cláusula 18.^a – Documentação, informações e acompanhamento

Cláusula 19.^a – Especificações Técnicas dos marcadores eletrónicos multidesportivos

I. CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I – Disposições iniciais

Cláusula 1.^a

Objeto do contrato

1.1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal “Aquisição, transporte e montagem com fixação de dois marcadores eletrónicos multidesportivos, a instalar no Pavilhão Municipal de Anadia e no Pavilhão Desportivo de Sangalhos”.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato resultante do presente procedimento será reduzido a escrito.
3. O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
6. Não é permitida, no período de vigência do contrato, a atualização de preços.

Cláusula 3.^a

Preço base

O preço base máximo estimado do presente procedimento é de **55.610,00 €** (cinquenta e cinco mil, seiscentos e dez euros), acrescidos do iva à taxa legal em vigor.

Cláusula 4.^a

Prazo

O contrato entra em vigor com a sua assinatura e cessa a sua vigência até ao prazo máximo de 180 dias, em conformidade com os respetivos termos e condições do caderno de encargos sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II – Obrigações do adjudicatário

Cláusula 5.^a

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável ou no presente Caderno de Encargos, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, nomeadamente, as seguintes obrigações:
 - a) Obrigação de entrega e instalação dos bens identificados na sua proposta;
 - b) Obrigação de garantia dos bens;
 - c) Obrigação de continuidade de fabrico;
 - d) Obrigação de manutenção dos preços dos artigos.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues e instalados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário ao seu funcionamento e de acordo com a requisição feita pelo Município de Anadia.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O adjudicatário é responsável, perante o Município de Anadia, por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento da entrega.
5. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega e instalação dos bens, todos os documentos, em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
6. A entrega deverá ser acompanhada de guia de transporte e/ou fatura.
7. A entidade fornecedora fica obrigada a regularizar o fornecimento, nos casos em que se detetem bens em falta relativamente às quantidades encomendadas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

8. A entidade fornecedora fica ainda obrigada à substituição dos bens, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, que tenham sido alvo de rejeição por deficiências de qualidade, suportando todos os encargos daí decorrentes.
9. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o Município de Anadia, bem como do risco de deterioração dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o adjudicatário.
10. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato, bem como o equipamento inerente, e os respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do adjudicatário.
11. A instalação dos marcadores eletrónicos multidesportivos deverá ser realizada nos seguintes locais:
 - Pavilhão Municipal de Anadia, sito na Avenida 5 de Outubro, 3780-220 Anadia – maio / junho, ano de 2025;
 - Pavilhão Desportivo de Sangalhos, sito na Rua da Pista, 3780-119 Anadia – maio / junho, ano de 2025.

Cláusula 6.^a

Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Anadia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 7.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, de todos os riscos inerentes à prestação dos serviços.

2. O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o cocontratante fornecê-la no prazo de três dias úteis.

Capítulo III – Obrigações do contraente público

Cláusula 8.^a

Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens, objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Anadia deve pagar ao adjudicatário o preço máximo unitário constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, dos bens requisitados.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Anadia, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens, objeto do contrato, para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Não é permitida a atualização de preços.

Cláusula 9.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Anadia, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo máximo de 60 dias após a receção pelo Município de Anadia das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do Município de Anadia, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas, e observado o disposto no ponto 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.
5. Na fatura deverá constar obrigatoriamente o número de requisição e o número sequencial de compromisso.

Capítulo IV – Sanções contratuais

Cláusula 10.^a

Sanções contratuais

O incumprimento das condições e demais obrigações previstas no contrato, a celebrar na sequência do presente procedimento confere ao contraente público o direito de exigir da entidade adjudicatária o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos do artigo 329.º do CCP.

Cláusula 11.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

Cláusula 12.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário poderá resolver o contrato, quando se verificarem os fundamentos de resolução previstos na lei.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos do n.º 3 do artigo 332.º do CCP.

Capítulo V – Disposições diversas

Cláusula 14.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 15.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 16.º

Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa o presente caderno de encargos, aplicar-se-ão as disposições constantes da legislação em vigor, nomeadamente, o disposto no CCP, na sua redação atual.

Cláusula 17.ª

Proteção de dados

Caso a execução do contrato implique o acesso a dados pessoais, o adjudicatário deverá dar cumprimento às medidas técnicas e organizativas adequadas ao tratamento de dados pessoais cumprindo o disposto na Legislação Europeia - Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 e na Legislação Nacional - Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto e a Lei n.º 59/2019 de 8 de agosto.

Cláusula 18.ª

Documentação, informações e acompanhamento

Compete ao adjudicatário apresentar ao contraente público, sempre que este o solicite, as fichas técnicas dos bens do presente Caderno de Encargos, assim como, todos os documentos e informações relativos à execução do contrato.

Cláusula 19.ª

Especificações técnicas dos marcadores eletrónicos multidesportivos

1. Pavilhão Desportivo de Sangalhos

1.1. Equipamento do tipo SPORTYLED INDOOR P4 400x250cm – 416x256cm com fixação mural, com os seguintes requisitos:

- Cumprimento da normativa *Fiba*;
- Consola Principal Multidesporto com possibilidade de controlar 18 desportos, ecrã tátil a cores de 7” multilingue, bateria recarregável com autonomia para 14 horas, comunicação rádio e cabo. Integrada com as soluções gráficas broadcast wTVision, SportsStats suite e tvGRAPHICS. A integração do protocolo disponível permite a disponibilização em tempo real de toda a informação oficial dos Scoreboards para outros meios de comunicação como a Televisão ou plataformas;
- Consola de Cronometrista;
- Kit Buzina elétrica comunicação Rádio;

- PC + Monitor LED 19”+ Teclado + Rato + SO: Windows 10 Pro;
- Marcador Regras 14”-24” Segundos Crono 1 (Par);
- Kit Luzes tabela (Par);
- Modalidades disponíveis: Basquetebol, Futsal, Hóquei em Patins, Andebol e Voleibol;
- Software com as mesmas funcionalidades do Sportyled:
 - ✓ Sportyled Desporto, Sportyled Player, Templates modalidades;
 - ✓ Template personalizado pelo cliente para as modalidades;
 - ✓ Inclui 2 anos de atualizações evolutivas da aplicação.

2. Pavilhão Municipal de Anadia

2.1. Equipamento do tipo SPORTYLED INDOOR P4 400x250cm – 416x256cm com fixação suspensa, com os seguintes requisitos:

- Cumprimento da normativa *Fiba*;
- Consola Principal Multidesporto com possibilidade de controlar 18 desportos, ecrã tátil a cores de 7” multilingue, bateria recarregável com autonomia para 14 horas, comunicação rádio e cabo. Integrada com as soluções gráficas broadcast wTVision, SportsStats suite e tvGRAPHICS. A integração do protocolo disponível permite a disponibilização em tempo real de toda a informação oficial dos Scoreboards para outros meios de comunicação como a Televisão ou plataformas;
- Consola de Cronometrista;
- Kit Buzina elétrica comunicação Rádio;
- PC + Monitor LED 19”+ Teclado + Rato + SO: Windows 10 Pro;
- Marcador Regras 14”-24” Segundos Crono 1 (Par);
- Kit Luzes tabela (Par);
- Modalidades disponíveis: Basquetebol, Futsal, Hóquei em Patins, Andebol e Voleibol;
- Software com as mesmas funcionalidades do Sportyled:
 - ✓ Sportyled Desporto, Sportyled Player, Templates modalidades;
 - ✓ Template personalizado pelo cliente para as modalidades;
 - ✓ Inclui 2 anos de atualizações evolutivas da aplicação.

3. Instalação/Remoção

- Montagem de todo o equipamento proposto, ligações, configurações necessárias, parametrização e formação. Formação a ser administrada a 2 elementos (por instalação), no Pavilhão Municipal de Anadia e no Pavilhão Desportivo de Sangalhos;
- Elaboração da rede de cabos de alimentação e comunicação necessária ao bom funcionamento de ambas as soluções (Pavilhões de Anadia e de Sangalhos);
- No **Pavilhão Municipal de Anadia**, fornecimento de rede verde 6x5mt com malha de 45x45mm;

- No **Pavilhão Desportivo de Sangalhos**, deve ser considerado a desmontagem de um Marcador;
4. Nos termos do n.º 8 e 9 do art.º 49.º do CCP, em qualquer dos artigos referidos nos números 1 e 2 desta cláusula, onde exista referência a marcas comerciais, deve entender-se como “artigo equivalente”.